



Município da Marinha Grande
Câmara Municipal

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Aos onze dias do mês de junho de dois mil e treze, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Marinha Grande, sob a presidência do Presidente, Dr. Álvaro Manuel Marques Pereira, com a presença dos seguintes Senhores Vereadores:

- Alberto Filomeno Esteves Cascalho;
- António Manuel Jesus Ferreira dos Santos;
- Cidália Maria de Oliveira Rosa Ferreira;
- Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira;
- Paulo Jorge Campos Vicente;
- Vítor Manuel Fernandes Pereira.

O Sr. Presidente abriu a reunião, eram 10:40 horas, com a ordem do dia abaixo relacionada.

A Sr.ª Vereadora Dr.ª Alexandra Filipa de Araújo Seara Dengucho não esteve presente, por se encontrar de férias, tendo sido substituída pelo **Sr. Dr. Fernando Manuel da Costa Esperança Pereira**.

Nenhum dos membros do executivo presentes declarou qualquer impedimento na votação dos assuntos objecto de deliberação nesta reunião, salvo os casos em que na deliberação se menciona expressamente a causa do impedimento.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

ORDEM DO DIA

1. 10.ª MODIFICAÇÃO - 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013
2. REQ. N.º 808/13 – PC N.º 29/11 – MIGUEL ANGELO VILARES ROCHA SILVA
3. REQ. N.º 604/13 – PC N.º 1185/13 – TRANSOGAS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, OLEOS E COMBUSTIVEIS, LDA
4. REQ. N.º 733/13 – PC N.º 142/13 – J. LEMOS ESTEVES, LDA.
5. REQ. N. 620/13 – PC N.º 729/07 – OLIVUCHEN - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LDA

6. REQ. N. 619/13 – PC N.º 680/07 – OLIVOCHEM - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LDA
7. REQ. N.º 823/13 – PC N.º 83/13 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA
8. REQ. N.º 545/13 – PC N.º 203/02 – ANTÓNIO FRANCISCO JESUS
9. REQ. N.º 847/13 – PC N.º 171/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A.
10. REQ. N. 465/13 – PC N.º 195/12 – PEDRO JOSÉ SILVA
11. REQ. N.º 844/13 – PC N.º 170/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A.
12. REQ. N. 843/13 – PC N.º 169/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A.
13. REQ.N. 842/13 – PC N.º 168/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A.
14. REQ. N. 737/13 – PC N.º 85/2013 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.
15. REQ. N. 1964/11 – PC N.º 155/10 – JOAQUIM SOUSA SILVA
16. TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012.
17. CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA.
18. SERVIÇO DE CORREIOS EM VIEIRA DE LEIRIA.
19. RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 236, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 16/05/2013, COM O TÍTULO “PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - CHEFE DE UNIDADE NA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO”.
20. AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA – COMPROMISSOS ATÉ 31-05-2013.
21. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA

**MARINHA GRANDE – REVISÃO DE PREÇOS E REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO
CAMARÁRIA DE 21-03-2013.**

22. FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2013/2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.
23. ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014.
24. ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - POPH - CEI'S.
25. PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO
26. ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2012/2013 – 2.ª FASE.
27. APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.
28. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA REFERENTE À HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, CASA 27, CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É MARIA ALICE SILVA PEREIRA, PARA ENTRAR EM VIGOR NO DIA 1 JULHO DE 2013.
29. ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JULHO DO CORRENTE ANO.
30. APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 2º E 3º PERÍODO DO ANO LETIVO 2012/2013.
31. REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO.
32. DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL QREN-EQ - ID849_CENTRO-09-0656-FEDER-016086 – REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

33. DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL QREN-EQ - ID894_CENTRO-09-0141-FEDER-010125 – REABILITAÇÃO DA FÁBRICA DA RESINAGEM
34. DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012 – RETIFICAÇÃO DO VALOR DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO REPORTADO A 31.12.2012, ATENTA PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICIPIOS
35. RESUMO DE TESOURARIA

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

- O **Sr. Presidente** solicitou a apreciação e votação, fora da ordem do dia, de cinco processos de obras particulares, que identificou e cujas propostas foram antecipadamente enviadas por e-mail a todos os membros do executivo, pelo que foram por todos aceites, sendo os mesmos discutidos e votados após a votação dos processos de obras particulares incluídos na ordem do dia da presente reunião.

O **Sr. Presidente** solicitou ainda a apreciação, também fora da ordem do dia, de mais sete assuntos, que identificou, o que foi por todos aceite, pelo que os mesmos serão discutidos e votados após a conclusão da ordem do dia da presente reunião.

ALTERAÇÃO DO DIA MARCADO PARA A PRÓXIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL

517 - Tendo em conta que a próxima reunião ordinária da Câmara Municipal está prevista para o dia 27/06/2013, e que para esse dia se encontra marcada uma greve geral da função pública, o Sr. Presidente propôs a alteração do dia de realização da referida reunião.

Depois de discutido o assunto, foi por todos decidido adiá-la para o dia 28/06/2013, às 09:30 horas.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

1 - 10.ª MODIFICAÇÃO - 1.ª REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DE 2013

518 - Presente proposta da 10ª Modificação - 1ª Revisão aos Documentos Previsionais de 2013, acompanhada de mapa justificativo, constituída pelas seguintes alterações:

1ª Revisão ao Orçamento da Receita para 2013, no valor de 1.726.042,17 euros nos reforços e 1.726.042,17 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Orçamento da Despesa para 2013, no valor de 303.634,03 euros nos reforços e 303.634,03 euros nas anulações;

1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos para 2013, no valor de 19.000,00 euros nos reforços e 209.000,00 euros nas anulações.

1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais para 2013, no valor de 231.269,03 euros nos reforços e 3.375,00 euros nas anulações.

Atentos os elementos apresentados e no cumprimento do disposto no ponto 8.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto – Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro e na alínea c), do n.º 2, do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redação atual, a Câmara Municipal, depois de analisar a proposta, **delibera submeter à aprovação da Assembleia Municipal a 10ª Modificação aos Documentos Previsionais de 2013, constituída pela 1ª Revisão ao Orçamento da Receita, 1.ª Revisão ao Orçamento da Despesa, 1ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e 1ª Revisão ao Plano de Atividades Municipais**, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 2 do art. 53.º do mesmo diploma legal.

A deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Após a apresentação do ponto 1 da ordem do dia, e antes de se proceder à respetiva votação, foi efetuado um intervalo na reunião, que decorreu das 12:00 horas às 12:25 horas.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

ATENDIMENTO PÚBLICO

Sendo a presente reunião, nos termos do art.º 84º, n.º 2, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, pública, e apesar de não se terem inscrito antecipadamente, estiveram presentes, para serem atendidos às 12:00 horas, os seguintes munícipes:

1 – Sr. Joaquim Pereira Guerra, residente na Rua da Portela, n.º 73, Marinha Grande, acompanhado de outros moradores na mesma rua, que pretendem demonstrar o seu descontentamento pelo estado em que se encontra a rua onde moram.

Como a reunião estava interrompida para um pequeno intervalo e os munícipes já se encontravam presentes, o **Sr. Vereador Paulo Vicente**, responsável pelas obras públicas, efetuou o atendimento, tendo informado os moradores que as obras de beneficiação da Rua da Portela já foram adjudicadas no passado dia 7 de junho.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

2 - REQ. N.º 808/13 – PC N.º 29/11 – MIGUEL ANGELO VILARES ROCHA SILVA

519 - Presente pedido de licenciamento em nome de MIGUEL ANGELO VILARES ROCHA SILVA, com NIF 204642361, residente na Rua Infância 16, Lisboa, referente à execução de alterações na moradia durante a vigência do alvará de construção, num prédio sito na Av. do Farol, nº 28, lugar de S. Pedro de Moel, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 6290 e inscrito na matriz predial urbana sob o nº 3790, dispondo de alvará de obras de alteração nº 55/12 em vigor até ao dia 18/06/2014.

Presente projeto de alterações, devidamente instruído com declaração de responsabilidade do seu autor, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 04/06/2013 que atesta estar o projeto de arquitetura apresentado, apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do art. 20.º do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30/03 e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro.

2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 604/13 – PC N.º 1185/13 – TRANSOGAS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, OLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA

520 - Presente pedido de licenciamento em nome de TRANSOGAS - SOCIEDADE DE TRANSPORTES, OLEOS E COMBUSTÍVEIS, LDA, com NIF 500287090, com sede na Zona Industrial, Embra, Marinha Grande, referente à renovação da licença de exploração com ampliação e alterações de posto de abastecimento de combustíveis, localizado num prédio sito na Zona Industrial, lugar da Embra, freguesia da Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 3184 e inscrito na matriz predial rústica sob o nº 12487.

Presentes projeto de arquitetura e projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de setembro

Presente informação técnica dos serviços de 15/05/2013 que atesta estarem os projetos apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferi-la, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 2. A instalação do recetáculo postal domiciliário deve ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06 de abril, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04 de setembro e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30 de novembro.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 733/13 – PC N.º 142/13 – J. LEMOS ESTEVES,LDA.

521 - Presente pedido de licenciamento em nome de J.LEMOS ESTEVES,LDA., com NIPC 500853738, com sede na Rua Soprem, lugar de Estação, freguesia da Marinha Grande, referente à construção de um pavilhão industrial, com prévia demolição da construção existente e legalização de um edifício pré-fabricado em madeira, localizado na mesma morada, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 2995 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 19734-P.

Presentes projetos de arquitetura e das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presentes informações técnicas dos serviços de 24/05 e 30/05/2013 que atestam estarem os projetos apresentados, aptos a merecerem aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

- 1. Apresentação de elementos que permitam esclarecer qual o destino final das águas pluviais do edifício a construir e/ou de peças desenhadas retificativas que considerem o encaminhamento dessas águas para um poço absorvente a executar no interior do lote.**
- 2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.**
- 3. Assegurar a gestão de resíduos da construção e demolição (RCD), de acordo com o constante no Decreto-Lei n.º 46/2008, de 12/03. Para o efeito, deverá efetuar e manter, conjuntamente com o livro de obra, o registo de dados de resíduos de construção e demolição, nos termos do disposto na alínea f) do art. 11.º do referido diploma, de acordo com o modelo constante no se Anexo II.**

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

- 1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e alterado pela Lei nº 28/2012, de 2 de setembro, deverá requerer a emissão do respetivo alvará no prazo de um ano a contar da notificação, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.**
- 2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá informar a Câmara Municipal dessa intenção até 5 dias antes do início dos trabalhos, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, uma vez que se tratam de obras de legalização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

5 - REQ. N. 620/13 – PC N.º 729/07 – OLIVUCHEN - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LDA

522 - Presente pedido de licenciamento PC 729/07 em nome de OLIVUCHEN - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LDA, com NIF 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro, nº 2, 1.º Andar; Sala E, Marinha Grande, referente à “*Legalização da construção de garagem, balneários de jardim e telheiro*”, levados a efeito no prédio sito na R. Prof. Dr. José Custódio de Moraes, nº 671, Lote 24, lugar de Gaeiras, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o 14182 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 18681, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 11/04/2012.

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 15/05/2013 que atesta estarem os projetos apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, por se tratar de obras de legalização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - REQ. N. 619/13 – PC N.º 680/07 – OLIVUCHEN - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LDA

523 - Presente pedido de licenciamento PC 729/07 em nome de OLIVUCHEN - REPRESENTAÇÃO E FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LDA, com NIF 510100392, com sede na Rua 18 de Janeiro, nº 2, 1.º Andar; Sala E, Marinha Grande, referente à “*Legalização da construção de habitação unifamiliar e muros de vedação*” levados a efeito no prédio sito na R. Prof. Dr. José Custódio de Moraes, s/n, Lote 23, lugar de Gaeiras, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 14181 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 16891, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal realizada em 11/04/2012. Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro.

Presente informação técnica dos serviços de 02/05/2013 que atesta estarem os projetos apresentados, aptos a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro na redação do Decreto-Lei nº 26/2012, de 30 de março e da Lei nº 28/2012, de 2 de setembro – RJUE, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do RJUE, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a Câmara Municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

3. Nos termos do n.º 6 do art. 57.º do Regulamento Municipal da Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, a concessão da respetiva autorização de utilização, ficará dependente da realização de prévia vistoria municipal, por se tratar de obras de legalização.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

7 - REQ. N.º 823/13 – PC N.º 83/13 – ANA CATARINA BARROCA BATISTA

524 - Presente requerimento n.º 823/2013, datado de 2013/05/30, constante do processo camarário n.º 83/13, subscrito por Ana Catarina Barroca Batista, NIF n.º 221723773, com residência na Rua da Juventude, n.º 72, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande, pelo qual são aditados ao processo, elementos referentes ao pedido de licenciamento relativo à “*Construção de Arruamento*”, incidente sobre um prédio misto, sito na Rua da Juventude, lugar de Picassinós, freguesia e concelho de Marinha Grande.

Presente parecer técnico dos serviços, datado de 2013/06/03, referindo a conformidade da pretensão com normas legais e regulamentares aplicáveis, propondo a aprovação dos projetos das obras de urbanização e respetivos orçamentos apresentados, com determinadas condições.

Após análise da pretensão, considerando o parecer técnico de 2013/06/03 que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir os projetos e respetivos orçamentos das obras de urbanização referentes à “*Construção de Arruamento*”, com o condicionalismo de prestar caução destinada a garantir a boa e regular execução das obras de urbanização, nos termos do art. 54.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, no valor de € 16.127,65 (dezasseis mil cento e vinte e sete euros e sessenta e cinco cêntimos), referente às seguintes componentes:

PROJECTOS DE ESPECIALIDADES	ESTIMATIVA ORÇAMENTAL
Infra estruturas viárias	€ 3.528,03
Rede de Abastecimento de Água	€ 570,36
Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas	€ 540,68
Rede de Drenagem de Águas Residuais Pluviais	€ 1.913,58
Rede Energia Elétrica	€ 1.085,00
Rede de Telecomunicações	€ 5.495,00
Rede de Gás	€ 2.595,00
Diversos	€ 400,00
VALOR TOTAL APURADO PARA FINS DE CAUÇÃO A PRESTAR	€ 16.127,65

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Mais deliberou, nos termos do art. 53.º do Regime e Jurídico do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03 e pela Lei n.º 28/2010, de 02/09, estabelecer um prazo de execução de dois meses para a realização das referidas obras de urbanização, devendo o requerente comunicar previamente aos serviços o início das mesmas.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

8 - REQ. N.º 545/13 – PC N.º 203/02 – ANTÓNIO FRANCISCO JESUS

525 - Presente requerimento n.º 545/2013, datado de 13/04/2012, apresentado por António Francisco Jesus, a solicitar a realização de vistoria às obras de urbanização realizadas num prédio sito no lugar de Amieira, freguesia e concelho da Marinha Grande, aprovadas no âmbito do processo de Loteamento n.º 203/02, Alvará n.º 1/2003, com vista à sua receção definitiva e à libertação do valor monetário depositado na Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, como garante da boa execução das infraestruturas;

Presente, informação da Comissão de Vistorias referindo que é possível proceder à receção das obras de urbanização uma vez que as mesmas se encontram em boas condições de conservação e manutenção;

Presente, igualmente, Auto de Vistoria, propondo a receção definitiva das obras de urbanização em causa;

Após análise da pretensão apresentada pelo requerente, a Câmara delibera:

Aceitar definitivamente as obras de urbanização supra referidas, conforme proposto pela Comissão de Vistoria nos documentos anexos à presente deliberação, e mandar libertar o valor da caução prestada pelo requerente, com vista a garantir a boa execução das obras e a sua manutenção e conservação até à receção definitiva, através de depósito em numerário na Tesouraria da Câmara Municipal da Marinha Grande, prestado através da guia 1/842/12327/2007, de 05/11/2007, no valor de 1.296,68€ - mil duzentos e noventa e seis euros e sessenta e oito cêntimos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

9 - REQ. N.º 847/13 – PC N.º 171/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A.

526 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, apresentado por EDP Distribuição – Energia, S.A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, Lisboa, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em de Rua Anibal Bettencourt, n.º 8, lugar de S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande,

dispondo de parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 55,00m, para execução de uma requisição de ligação, por um período mínimo de um mês, a levar a cabo em Rua Aníbal Bettencourt, n.º 8, Lugar de S. Pedro de Moel, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1) A vala deverá ser devidamente compactada e a calçada deverá ser reposta nas devidas condições;**
- 2) A vala a executar no passeio do lado do vale deve ser executada com especial atenção de forma a que a vedação em madeira existente não seja danificada nem seja posta em causa a sua estabilidade;**
- 3) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável;**
- 4) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, que deverá acompanhar os trabalhos de reposição dos pavimentos;**
- 5) As obras deverão ser interrompidas no período compreendido entre 1 de Julho e 31 de Agosto, em cumprimento do disposto no artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, devendo a via pública apresentar-se completamente desobstruída.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

10 - REQ. N. 465/13 – PC N.º 195/12 – PEDRO JOSÉ SILVA

527 - Presente pedido de licenciamento, em nome de Pedro José Silva, com o NIF 119199580, residente em rua da Portela, n.º 79, 1.º d.º, lugar de Portela, freguesia de Marinha Grande, para a demolição parcial, legalização e ampliação, de uma moradia, existente em Rua Sporting Clube Marinhense n.º 46, no lugar da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14433 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4979, da freguesia e concelho da Marinha Grande;

Presente informação técnica datada de 03/06/2013 que refere que os elementos apresentados pelo requerente, em sede de audiência prévia não suprem as questões detetadas no âmbito da apreciação do processo e constantes do projeto de indeferimento.

A Câmara Municipal apreciou a informação técnica de 03/06/2013, bem como os elementos entregues pelo interessado em sede de audiência prévia e verificando que os

mesmos não suprem as irregularidades detetadas no âmbito da apreciação do processo e constantes do projeto de indeferimento, delibera indeferir o pedido de licenciamento apresentado por Pedro José Silva, residente em Rua da Portela, n.º 79, 1.º d.º, lugar de Portela, freguesia de Marinha Grande, para a demolição parcial, legalização e ampliação, de uma moradia, existente em Rua Sporting Clube Marinhense n.º 46, no lugar da Embra, freguesia e concelho de Marinha Grande, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 14433 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 4979, da freguesia e concelho da Marinha Grande, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro, por:

- O projeto não observar o artigo 71.º n.º 1 do RGEU, quanto à área do vão de iluminação e ventilação do compartimento designado por “sala”, atendendo a que parte dos vãos de iluminação e ventilação projetados não asseguram as condições descritas no artigo 73.º do RGEU;
- O plano de acessibilidade apresentado não observar as normas técnicas constantes na secção 2.5 do Anexo do Decreto-Lei n.º 163/2008, de 08/08;

A Câmara Municipal delibera, ainda, informar o requerente do seguinte:

- No projeto existem inúmeras disparidades entre conteúdo das peças gráficas e escritas, nomeadamente na descrição da obra objeto do pedido, descrição das áreas, referência dos parâmetros urbanísticos e representação gráfica.
- O projeto não observa o disposto artigo 1360.º do Código Civil, apresentando uma janela (lado norte da sala) à distância de 0.80m do prédio vizinho.
- Por não ter sido demonstrado que as construções existentes no prédio se encontram licenciadas, o presente pedido foi analisado à luz das normas vigentes.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

11 - REQ. N.º 844/13 – PC N.º 170/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A.

528 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, apresentado por EDP Distribuição – Energia, S.A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, Lisboa, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua da Boavista, n.º 22, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, dispondo de parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 21,00m, para execução de uma requisição de ligação, por um período mínimo

de um mês, a levar a cabo em Rua da Boavista, n.º 22, Praia da Vieira, Freguesia de Vieira de Leiria, com os seguintes condicionalismos:

- 1) A vala deverá ser devidamente compactada e a calçada deverá ser reposta nas devidas condições, tendo em conta que no local existe calçada com mais de uma cor e com configurações e desenhos, devendo os mesmos ser mantidos;
- 2) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.
- 3) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, que deverá acompanhar os trabalhos de reposição dos pavimentos.
- 4) As obras deverão ser interrompidas no período compreendido entre 1 de Julho e 31 de Agosto, em cumprimento do disposto no artigo 94.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, devendo a via pública apresentar-se completamente desobstruída.

Mais deliberou dar conhecimento da aprovação destes trabalhos à Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

12 - REQ. N. 843/13 – PC N.º 169/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A.

529 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, apresentado por EDP Distribuição – Energia, S.A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, Lisboa, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Rua Direita, n.º 21, Freguesia de Moita, dispondo de parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 19,00m, para execução de uma requisição de ligação, por um período mínimo de um mês, a levar a cabo em Rua Direita, n.º 21, Freguesia de Moita, com os seguintes condicionalismos:

- 1) A vala deverá ser devidamente compactada e a calçada deverá ser reposta nas devidas condições;
- 2) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.
- 3) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, que deverá acompanhar os trabalhos de reposição dos pavimentos.

Mais deliberou dar conhecimento da aprovação destes trabalhos à Junta de Freguesia de Moita.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

13 - REQ. N. 842/13 – PC N.º 168/13 – EDP DISTRIBUIÇÃO – ENERGIA, S.A.

530 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública para execução de trabalhos em subsolo, apresentado por EDP Distribuição – Energia, S.A., com sede na Rua Camilo Castelo Branco, n.º 43, Lisboa, para execução de uma requisição de ligação, a levar a efeito em Av. Vitor Gallo, Av. 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos a enquadrar devidamente a pretensão.

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para abertura de vala numa extensão de 42,00m, para execução de uma requisição de ligação, por um período mínimo de um mês, a levar a cabo em Av. Vitor Gallo, Av. 1.º de Maio, Freguesia de Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

- 1) A vala deverá ser devidamente compactada e a calçada deverá ser reposta nas devidas condições;**
- 2) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.**
- 3) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos, que deverá acompanhar os trabalhos de reposição dos pavimentos.**

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

14 - REQ. N. 737/13 – PC N.º 85/2013 – ZON TV CABO PORTUGAL, S.A.

531 - Presente pedido de Ocupação da Via Pública, apresentada por ZON TV CABO PORTUGAL, S.A., para execução de trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas redes de telecomunicações existentes, a levar a efeito na Rua 52, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, dispondo de parecer técnico da Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos a enquadrar devidamente a pretensão

Após análise da pretensão, considerando os pareceres técnicos que sobre ela recaíram, a Câmara deliberou deferir o pedido de Ocupação da Via Pública para execução de

trabalhos em subsolo, referentes a colocação de cablagem, a instalar nas redes de telecomunicações existentes, a levar a efeito na Rua 52, Lugar de Trutas, Freguesia de Marinha Grande, numa extensão de 80mts + 20 mts, por um período mínimo de 1 mês, com os seguintes condicionalismos:

- 1) Deverá ser prevista uma adequada sinalização dos locais objeto de intervenção de forma a salvaguardar a passagem conveniente e em segurança de pessoas e viaturas, atendendo a que a via em causa tem bastante tráfego;
- 2) Deve evitar-se a interrupção da via objeto da intervenção;
- 3) Deverão ser salvaguardadas todas as normas de segurança, quer de pessoas quer de bens, previstas nos artigos 85.º, 86.º, 87.º, 88.º e 89.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande e demais legislação aplicável.
- 4) O início da obra deverá ser comunicado à Divisão de Infraestruturas e Serviços Urbanos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

15 - REQ. N. 1964/11 – PC N.º 155/10 – JOAQUIM SOUSA SILVA

532 - O presente processo refere-se ao pedido de licenciamento relativo à obra de construção de estação de lavagem de automóveis, a que foi atribuído o número de processo 155/10, incidente sobre um prédio sito em Cova das Raposas, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, apresentado por Joaquim Sousa Silva, com o NIF n.º 129143600, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 115, Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, aprovado por deliberação camarária tomada na Reunião de Câmara de 01/03/2012.

Presente informação técnica datada de 29/05/2013, sobre o limite do prazo concedido ao requerente para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre a intenção de declarar a caducidade da licença.

Considerando que:

- Por deliberação tomada na reunião de Câmara Municipal, datada de 01/03/2012, foi deferido o pedido de licenciamento relativo à obra de construção de estação de lavagem de automóveis, incidente sobre um prédio sito em Cova das Raposas, Lugar de Pero Neto, Freguesia de Marinha Grande, Concelho de Marinha Grande.

-O titular do processo de licenciamento n.º 155/10, Joaquim Sousa Silva, com o NIF n.º 129143600, residente na Rua dos Outeirinhos, n.º 115, Lugar de Engenho, Freguesia de Marinha Grande, foi regularmente notificado pelo ofício n.º 334/13, de 05/04/2013, rececionado em 09/04/2013, para se pronunciar em sede de audiência prévia sobre o projeto de declaração de caducidade do respetivo projeto de licenciamento, por não ter sido requerido a emissão do alvará no prazo de 1 ano, previsto no n.º 1 do artigo 76.º do

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação - RJUE, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a redação dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de março, e alterado pela Lei n.º 28/2010, de 2 de setembro;

- Para o efeito foram-lhe fixados 15 dias sobre a data da receção da notificação, ou seja, até 30/04/2013;

- Durante este prazo o titular do processo nada alegou;

A Câmara Municipal, verificando que na presente data se encontra ultrapassado o prazo de um de um ano previsto no n.º 1 do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua redação atual –RJUE, sem que o titular do processo nº 155/10, Joaquim Sousa Silva, tenha solicitado a emissão do respetivo alvará, encontrando-se ultrapassado o prazo concedido nos termos dos artigos 100.º e 101.º do CPA – Código do Procedimento Administrativo, sem que tenha apresentado quaisquer alegações em sede de audiência prévia, no uso da competência conferida pelo n.º 5 do referido artigo 71.º do RJUE, delibera declarar a caducidade do licenciamento relativo à obra de construção de estação de lavagem de automóveis, Freguesia de Marinha Grande, ao abrigo do disposto no n.º 2 do mesmo artigo e diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

A reunião foi interrompida pelas 13:20 horas, para almoço, recomeçando às 14:30 horas, com a continuação da ordem do dia.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

16 - TUMG – TRANSPORTES URBANOS DA MARINHA GRANDE. RELATÓRIO E CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2012.

533 - Presente Relatório e Contas relativo ao exercício de 2012, da empresa municipal TUMG – Transportes Urbanos da Marinha Grande, já aprovado pela respetiva Assembleia Geral, em 29 de abril passado.

A Câmara Municipal delibera, de acordo com o artigo 53.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2012, de 11 de janeiro, remeter os mencionados documentos à Assembleia Municipal para conhecimento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

17 - CONSTRUÇÃO DA CICLOVIA E BENEFICIAÇÃO DA ESTRADA ATLÂNTICA.

Assunto retirado da ordem do dia.

18 - SERVIÇO DE CORREIOS EM VIEIRA DE LEIRIA.

534 - Considerando que esta Câmara Municipal foi oficiada, em 3 de junho passado, pelos CTT – Correios de Portugal, SA, dando conta da alteração da prestação de serviços de correio em Vieira de Leiria (E/4141/2013);

Considerando que esta Câmara Municipal não foi previamente auscultada quanto a essa alteração;

Considerando que deve ser claramente rejeitada a privatização dos serviços de correios, de forma direta ou indireta, na medida em que este constitui um serviço público essencial e que deve continuar na esfera estadual;

Considerando que se desconhece se as alterações atingem ou não o âmbito da atividade dos correios em Vieira de Leiria ou se é afetada a qualidade dos serviços prestados;

Considerando que, noutras situações no passado, esta autarquia foi previamente auscultada, como é devido;

Considerando que, apesar de caber aos CTT a competência para a alteração do horário de funcionamento dos estabelecimentos postais e para outras modificações do respetivo funcionamento, deve essa empresa sustentar tal decisão nas necessidades de serviço e nos níveis de procura (alínea b), do n.º 3, da cláusula 20ª, do contrato de concessão do serviço postal universal).

Considerando que a comunicação apresentada não vem acompanhada, como devido, de uma demonstração das necessidades de serviço, dos níveis de procura e da satisfação das necessidades de comunicação da população e das atividades económicas (n.º 4, da cláusula 20ª, do citado contrato de concessão).

Considerando que a prestação do serviço postal é um serviço público que se deve conformar com as necessidades da população e das empresas e não o contrário.

Considerando que a ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações, enquanto entidade reguladora independente, deve acompanhar a execução do contrato de concessão;

A Câmara Municipal delibera:

- a) Manifestar a sua oposição à privatização dos serviços de correios, que constituem uma atividade de serviço público que se deve manter na esfera do Estado;**

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

- b) Exigir que o posto de correios dos CTT de Vieira de Leiria mantenha o serviço de correio sem redução do nível e qualidade dos serviços prestados à população;
- c) Manifestar a sua reprovação pelo facto de as alterações realizadas não terem sido previamente sujeitas a parecer desta autarquia;
- d) Solicitar ao ICP – Autoridade Nacional de Comunicações que se pronuncie sobre a legalidade das alterações efetuadas.

A Câmara Municipal delibera remeter esta posição às seguintes entidades: ANACOM; CTT; Assembleia Municipal, Assembleia e Junta de Freguesia de Vieira de Leiria.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. António Santos.

19 - RETIFICAÇÃO DA DELIBERAÇÃO N.º 236, TOMADA EM REUNIÃO DE CÂMARA DE 16/05/2013, COM O TÍTULO “PROCESSO DE SELEÇÃO, DESTINADO À ESCOLHA DE TITULAR DE CARGO DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU - CHEFE DE UNIDADE NA DIVISÃO DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO”

535 - Em reunião de 16/05/2013, a Câmara Municipal deliberou, ao abrigo da competência prevista na alínea d) do n.º 7 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua redação atual, que se iniciassem os procedimentos de seleção tendentes à nomeação de titular para o Cargo de Chefe de Unidade na Divisão de Ordenamento do Território, nos termos indicados na referida deliberação.

Ao identificar no ponto 2. “(...) *Perfil exigido* (...)”, mais concretamente alínea “(...) c) *Experiência profissional* (...)”, que “(...) o candidato tem de possuir *experiência profissional nas áreas de gestão do processo de avaliação do desempenho da administração pública, métodos e instrumentos de análise e apreciação da qualidade dos serviços prestados, gestão orçamental e* (...)”, o ato administrativo enferma de erro, uma vez que as áreas aqui identificadas não têm qualquer relação com as atribuições e competências cometidas à Divisão de Ordenamento do Território, tornando-se por isso necessário proceder à retificação do seu teor.

Assim, a Câmara Municipal delibera, ao abrigo do disposto no artigo 148.º do Código do Procedimento Administrativo, retificar a deliberação n.º 236, tomada em reunião de 16/05/2013.

Assim,

Onde se lê “(...) c) Experiência profissional: o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de gestão do processo de avaliação do desempenho da administração pública, métodos e instrumentos de análise e apreciação da qualidade dos serviços prestados, gestão orçamental e todos os procedimentos técnico-administrativos com especial relevância no efetivo desempenho das funções a desempenhar; (...)”

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

*Deve ler-se “ (...) c) **Experiência profissional:** o candidato tem de possuir experiência profissional nas áreas de controlo de processos, atendimento e apoio administrativo no âmbito do urbanismo e todos os procedimentos técnico-administrativos com especial relevância no efetivo desempenho das funções a desempenhar; (...)”.*

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

20 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS ATENTO O PRECEITUADO NO ARTIGO 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012 DE 21 DE JUNHO – INFORMAÇÃO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS PELA CÂMARA MUNICIPAL AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA - COMPROMISSOS ATÉ 31-05-2013.

536 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 20-12-2012, para efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de junho, foi deliberado solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia genérica favorável à assunção de compromissos plurianuais.

Considerando que na sessão ordinária de 28-12-2012 a Assembleia Municipal da Marinha Grande deliberou, por unanimidade, aprovar a autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais, desde que:

- a) Resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que foi ainda deliberado que, em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal, deveria ser apresentada informação da qual constem os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da referida autorização prévia genérica.

Assim, apresenta-se informação n.º CS/006/2013 de 31-05-2013 referente aos compromissos plurianuais assumidos pela Câmara Municipal da Marinha Grande até 31-05-2013 que foram objecto de autorização prévia genérica na sessão da Assembleia Municipal de 28-12-2012.

Atenta a informação prestada a Câmara Municipal delibera, nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei 169/99 de 18/09, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redacção actual, remeter à Assembleia Municipal a informação sobre os compromissos plurianuais assumidos para o ano de 2014 e seguintes ao abrigo da autorização prévia genérica concedida pelo órgão deliberativo na

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

sua sessão de 28-12-2012, para efeitos de aplicação e cumprimento do preceituado na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA e do disposto no artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21-06.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

21 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS E DE FORNECIMENTO, COLOCAÇÃO, MANUTENÇÃO, SUBSTITUIÇÃO, LAVAGEM E DESINFECÇÃO DE CONTENTORES E BALDES NO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – REVISÃO DE PREÇOS E REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO CAMARÁRIA DE 21-03-2013.

537 - Considerando que por deliberação da Câmara Municipal de 02 de setembro de 2010 foi adjudicada a *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no concelho da Marinha Grande”*, com a duração de 5 anos, à entidade Pragosa Ambiente, S.A./Ecoambiente, S.A.-Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) pelo valor total de 2.368.290 euros (dois milhões, trezentos e sessenta e oito mil, duzentos e noventa euros), acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que atento o preceituado no artigo 13.º do caderno de encargos e na cláusula 6.ª do contrato, este está sujeito a revisão de preços anual, a partir do segundo ano de vigência do contrato, indexada ao índice de preços do consumidor verificado no período anual antecedente disponível.

Considerando que em reunião camarária de 21-03-2013 foi deliberado aprovar a revisão de preços do contrato relativa à *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e a prestação de serviços de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no Concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor registado no continente, no ano de 2012 (2,73%), para produzir efeitos a partir do dia 28 de março de 2013, passando o preço unitário por tonelada de 27,58 euros para 28,33 euros, ao que corresponde um aumento de 0,75 euros por tonelada, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Considerando que a aprovação da revisão de preços deliberada a 21-03-2013 foi efetuada com base no *índice de preços do consumidor registado para o continente* à data de 31-12-2012, em anexo 1.

Considerando que no decorrer do dia 21-03-2013, atenta consulta da entidade Pragosa Ambiente, S.A./Ecoambiente, S.A. - Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) o Instituto Nacional de Estatística informou que o *índice de preços do consumidor a aplicar ao contrato é o registado a nível nacional*, o qual a 31-12-2012 é de 2,77%, conforme documentação em anexo 2.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Considerando que, na sequência da divergência do índice de preços do consumidor a aplicar à revisão de preços do contrato *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfecção de contentores e baldes no concelho da Marinha Grande”*, deliberado pela autarquia e o indicado pela entidade Pragosa Ambiente, S.A./Ecoambiente, S.A. - Agrupamento Complementar de Empresas (ACE) foram requeridos esclarecimentos pelo executivo autárquico, pelo que foi elaborada a informação n.º 09/2013 de 04-04-2013 da Área de Aprovisionamento, na qual o Sr. Presidente da Câmara Municipal, Dr. Álvaro Pereira, exarou o seguinte despacho: *“À D.J.C. (De Miguel Crespo) para emissão de parecer sobre o pedido formulado”*, anexo 3.

Considerando que na sequência do despacho do Sr. Presidente, a 15-04-2013, foi elaborada informação pela Divisão Jurídica e de Comunicação, anexo 4, da qual se pode extrair a seguinte informação:

“...Parece, assim, evidente que o índice de preços no consumidor a ter em conta não corresponde ao ocorrido em dezembro de cada ano, mas sim ao mesmo indicador, num período de 12 meses, disponível à data em que a revisão de preços é susceptível de produzir os seus efeitos...”

“...Nestes termos, não parece de aceitar a interpretação do cocontratante que assenta na aplicação do indicador previsto contratualmente em função do ano civil anterior. Pelo contrário, o indicador a ter em conta é o que estiver disponível na data em que a revisão deva ocorrer, abrangendo o período de tempo contado desde a data de aniversário do contrato...”

“...O índice de preços no consumidor a ter em conta deve respeitar o índice geral, nos exatos termos da sua disponibilização, sem desconsiderar componentes que não foram contratualmente excluídas. Para este efeito deve ter-se como referência a informação mensalmente disponibilizada pelo INE.

“...O período anual antecedente disponível, medeia entre fevereiro de 2012 e fevereiro de 2013 (tendo como referência a data da deliberação camarária de 21/03/2013), pelo que a actualização do preço unitário se cifra em 2,2% (IPC, em fevereiro de 2013).”

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção da despesa que decorre da revisão de preços deste contrato, na classificação orgânica/económica 07/020225, ação do PAM 2010/A/57.

Face ao exposto, a Câmara Municipal delibera:

- **revogar a deliberação tomada em reunião camarária do dia 21-03-2012, nos termos dos artigos 142º e 143º do Código do Procedimento Administrativo, por o índice de preços no consumidor considerado de 2,73%, não corresponder ao índice de preços no consumidor consubstanciado na informação da Divisão Jurídica e de Comunicação que é de 2,2%;**
- **aprovar, nos termos da alínea b), n.º 1 do art.º 18.º do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e art.º 64, nº 1, alínea d) da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada e**

república da Lei nº 5-A/2002 de 11 de Janeiro, na sua redação actual, a revisão de preços do contrato relativa à *“Prestação de serviços de recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e de fornecimento, colocação, manutenção, substituição, lavagem e desinfeção de contentores e baldes no concelho da Marinha Grande”*, de acordo com o índice de preços do consumidor de 2,2%, devendo a mesma produzir efeitos a partir do dia 28 de março de 2013, passando o preço unitário por tonelada de 27,58€ para 28,19€, ao que corresponde um aumento de 0,61€ por tonelada, acrescidos de IVA à taxa de 6%.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

22 - FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LECTIVO 2013/2014 – PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA À ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA A ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS NOS TERMOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA C) DO N.º 1 DO ARTIGO 6.º DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO.

538 - Nos termos do disposto no art.º 22º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de junho a abertura de procedimento relativo a despesas que dêem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja o da sua realização, não pode ser efetivada sem prévia autorização da Assembleia Municipal, salvo quando estas:

- a) resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando que nos termos da alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso, e que dispõe que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira com os municípios e parcerias público- privadas, está sujeita, no que respeita às entidades da administração local, a autorização prévia da Assembleia Municipal.

Considerando que com a publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho foram estabelecidos os procedimentos necessários à aplicação da Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro, lei dos compromissos e pagamentos em atraso, adiante designada por LCPA.

Considerando que no subsector local e nos termos do disposto no art.º 12.º do Decreto-Lei n.º 127/2012 de 21 de Junho, para efeitos de aplicação da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da LCPA, a autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais pelo órgão deliberativo competente poderá ser dada aquando da aprovação das Grandes Opções do Plano.

Considerando que no momento da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2013, na sessão ordinária da Assembleia Municipal de 28 de dezembro de 2012 foi aprovada autorização prévia genérica para a assunção de compromissos plurianuais pela Câmara Municipal com os seguintes requisitos:

- a) resultem de projetos, ações ou de outra natureza constantes da Grandes Opções do Plano;
- b) os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos.

Considerando a informação n.º 1/1577/2013 e requisição interna n.º 9868 do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datadas de 04-06-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização dos serviços de *“Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”*.

Considerando que o preço base a aplicar ao procedimento é de 339.266,40 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, para uma quantidade estimada de 257.020 refeições a um preço unitário de 1,32€, acrescidos de IVA à taxa de 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, LCPA, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que se aplica à contratualização do fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano lectivo 2013/2014, considerando que o preço base do contrato é de 339.266,40€, sendo que o valor total da despesa prevista assumir em 2013 é de 128.622,98€ e de 210.643,42€ em 2014, todos os valores acrescidos de IVA à taxa de 23%.

Considerando que a autorização prévia genérica concedida pela Assembleia Municipal na sua sessão de 28-12-2012 apenas se aplica aos contratos cujos encargos não excedam o limite de 99.759,58 euros em cada um dos anos económicos seguintes.

Considerando que se encontra inscrito no Orçamento de 2013 e no Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa, nos anos de 2013 e 2014, com a contratação do serviço de *“Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano lectivo 2013/2014”*, na classificação orgânica/económica 06/020105 e ação do PAM 2013/A/38.

A Câmara Municipal, após a análise do processo, delibera, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 6 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual, solicitar à Assembleia Municipal da Marinha Grande autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais no âmbito do contrato que se pretende celebrar para o *“Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano lectivo 2013/2014”*, para

efeitos do cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012 de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

23 - ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2013/2014.

539 - Presente informação I/1577/2013 e requisição interna n.º 9868 do serviço da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datadas de 04-06-2013, nas quais se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014.

Considerando que o serviço requisitante propõe a contratualização do fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014, por ajuste direto no âmbito do Acordo Quadro para o “*Fornecimento de refeições confeccionadas*”, realizado pela Agência Nacional de Compras Públicas, adiante designada por ANCP, nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alínea h) do Código dos Contratos Públicos.

Considerando que a ANCP despoletou o procedimento de “*Concurso Limitado por prévia qualificação para a celebração de acordo quadro para o fornecimento de refeições confeccionadas*” tendo resultado no Acordo quadro n.º 015 denominado de *Refeições Confeccionadas (AQ-RC-2010)*.

Considerando que, atenta a informação da DCD – Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, as refeições que se pretendem contratualizar inserem-se no Acordo Quadro da ANCP, Refeições confeccionadas (AQ-RC-2010), com o n.º 15, dieta normal para jovens e adultos por se destinarem, na sua maioria, a crianças com idades compreendidas entre os 6 e 16 anos e que estas se encontram preceituadas no LOTE 2 (Refeições confeccionadas Região Centro).

Considerando que a realização de ajuste direto nos termos do Acordo Quadro referido no parágrafo anterior, implica o convite obrigatório às seguintes entidades cocontratantes, seleccionadas pela ANCP para o Lote2:

- EUREST (Portugal) - Sociedade Europeia de Restaurantes, Lda.
- GERTAL - Companhia Geral de Restaurantes e Alimentação, S.A.;
- SOLNAVE - Restaurantes e Alimentação, S.A.
- UNISELF - Sociedade de Restaurantes Públicos e Privados, S.A.

Considerando que as condições técnicas a submeter à concorrência para o fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014 são as definidas pela ANCP,

tendo sido efetuados os ajustamentos adequados às especificidades dos serviços a executar nos diversos refeitórios do concelho da Marinha Grande.

Considerando que os serviços da autarquia definiram o preço base de 1,32€ por refeição, acrescido de IVA à taxa de 23%, que resulta do valor contratado pela DREC – Direcção Regional Educação do Centro no ano letivo 2012/2013, ao abrigo do acordo quadro n.º 15 (AQ – RC – 2010) – Lote 2, que foi de 1,28€, sem IVA, acrescido da taxa de variação média do IPC em 2012 de 2,8%, o que perfaz o valor de 1,32€ por refeição, cujos documentos estão anexos à presente deliberação.

Considerando que a quantidade estimada de refeições objeto do contrato é de 257.020 o que determina que o preço base a aplicar ao procedimento é de 339.266,40 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objecto do contrato a celebrar.

Considerando que se encontra inscrito no Orçamento de 2013 e em Plano de Atividades Municipais de 2013, ação do PAM 2013/A/38, dotação para a assunção de despesa nos anos de 2013 e 2014 relativa ao fornecimento de refeições nos refeitórios para o ano letivo 2013/2014, nas classificações orgânica/económica 06/020105.

Considerando que, de acordo com a alínea b) do n.º 6 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a celebração de contratos de aquisição de serviços ao abrigo de acordo quadro não estão sujeitas ao disposto nos n.ºs 1 e 4 do mesmo artigo, a saber, redução remuneratória e parecer prévio vinculativo, pelo que o procedimento a iniciar para o *“Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”* não está sujeito a redução remuneratória e parecer prévio vinculativo.

Considerando que a autorização prévia à assunção de compromisso plurianual para o *“Fornecimento de refeições em refeitórios escolares para o ano letivo 2013/2014”*, será solicitada à Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de Junho de 2013, de modo a dar cumprimento ao disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 6º da Lei n.º 8/2012 de 21 de Fevereiro.

A Câmara Municipal, concordando com a proposta dos serviços, de acordo com os artigos 27.º, n.º 1, alínea h), 36.º, n.º 1, 38.º, 40.º, n.º 2, 67.º, n.º 1, 258.º e 259.º, todos do Código dos Contratos Públicos, artigos 18º, n.º 1, alínea b) do Decreto-Lei n.º 197/99 de 8 de Junho e de acordo com o artigo 64º, n.º 1, alíneas d) e q) da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera:

- a) Tomar a decisão de contratar, com vista à satisfação das necessidades identificadas;
- b) Aprovar as peças do procedimento (convite e caderno de encargos);
- c) Adotar o procedimento de ajuste direto, nos termos do artigo 27.º, n.º 1, alínea h), do Código dos Contratos Públicos;
- d) Autorizar a despesa inerente ao contrato a celebrar;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

- e) Designar o júri para conduzir o procedimento, com a seguinte composição:
- ✓ Pedro Jerónimo, Presidente;
 - ✓ Alexandra Gonçalves, Vogal, substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos;
 - ✓ Nuno Silva, Vogal;
 - ✓ Paula Sardinha, Vogal Suplente;
 - ✓ Sara Coelho, Vogal Suplente.

Mais delibera que a presente deliberação produza efeitos apenas no dia útil seguinte à autorização prévia a conceder pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de Junho de 2013, em cumprimento do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 6º da Lei n.º 8/12, de 21 de fevereiro.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

24 - ABERTURA DE CONTA BANCÁRIA - POPH - CEI'S.

540 - O Decreto-Lei n.º 290/2009 de 12 de Outubro, criou o programa de emprego e apoio à qualificação de pessoas com deficiências e incapacidades, definindo o regime de concessão de apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento das políticas de emprego e apoio à qualificação das pessoas com deficiências e incapacidades.

O contrato emprego-inserção para pessoas com deficiências e incapacidades possibilita o desenvolvimento de atividades socialmente úteis pelas mesmas com vista ao reforço das suas competências relacionais e pessoais.

Atento o exposto foi identificada a necessidade de abertura de candidatura para 1 beneficiário a qual foi submetida ao Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP, nos termos dos artigos 43º e 44º do Decreto-Lei n.º 209/2009 de 12 de Outubro, conjugados com os artigos 13º e 14º da Portaria 128/2009 de 30 de janeiro.

A referida candidatura foi aprovada por despacho do Delegado Regional do Instituto de Emprego e Formação Profissional datado de 10 de Maio de 2013.

Considerando que para efeitos de controlo da execução financeira da referida candidatura importa proceder à abertura de conta bancária afecta exclusivamente a este fim.

Considerando que nos termos do ponto 2.9.10.1.2 do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro “ (...) A abertura de contas bancárias é sujeita a prévia deliberação do órgão executivo, devendo as mesmas ser tituladas pela autarquia e movimentadas simultaneamente pelo tesoureiro e pelo presidente do órgão executivo ou por outro membro deste órgão em quem ele delegue (...)”.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

A Câmara Municipal da Marinha Grande delibera, nos termos do ponto 2.9.10.1.2. do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de Fevereiro, autorizar a abertura de uma conta bancária na Caixa Geral de Depósitos com a designação “POPH - CEI’s”, na qual serão efetuados todos os movimentos financeiros da candidatura ao referido programa, sendo intervenientes na movimentação da mesma:

- Álvaro Manuel Marques Pereira, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal da Marinha Grande;
- Paulo Jorge Campos Vicente, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos;
- Paula Cristina Madeira da Silva Serra, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande.
- Janete Rato Fernandes, na qualidade de Assistente Técnica do quadro da Câmara Municipal da Marinha Grande;

A movimentação da conta deve ser efectuada sempre em simultâneo pelo presidente do órgão executivo ou pelo seu substituto, nas faltas e impedimentos do primeiro, e por uma assistente técnica que exerça funções de Tesoureira, atento o preceituado no mapa de pessoal para o ano de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

25 - PROGRAMA DE ATIVIDADE FÍSICA 3.ª IDADE – 2013 – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIO

541 - Presente informação n.º 1584/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 05 de junho de 2013, a dar conta da entrega dos formulários de adesão ao Programa de Actividade Física para a 3.ª Idade de 2013.

Considerando que são admitidas candidaturas ao Programa de Desenvolvimento da Actividade Física para a 3.ª Idade a entidades sem fins lucrativos, sediadas no concelho da Marinha Grande e que desenvolvem a sua actividade exclusivamente na mesma.

Considerando que os contratos programa devem obrigatoriamente ser reduzidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Tendo em conta a necessidade de celebração dos contratos programa de desenvolvimento desportivo, foi elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 1**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, e nos termos da deliberação, de 21 de fevereiro de 2013 em que

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

foi aprovado o Programa de Atividade Física da 3.ª Idade -2013, aprovar o contrato programa de desenvolvimento desportivo, em anexo, com a entidade mencionada no seguinte quadro resumo:

Entidade	NIF	Valor
Santa Casa da Misericórdia da Marinha Grande	500 892 113	1.500 Euros
Sport Operário Marinhense	501 417 702	1.500 Euros

O referido apoio tem cabimento na rubrica 2013/A/49 do Plano de Actividades Municipais para o corrente ano.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização e concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentar um relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até ao 1 de março de 2014.

A entidade acima mencionada está em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possui, nesta data, a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

26 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ESCOLARES A ALUNOS CARENCIADOS – ESCOLAS DO 1.º CICLO E JARDINS-DE-INFÂNCIA DA REDE PÚBLICA DO CONCELHO DA MARINHA GRANDE – ANO LETIVO 2012/2013 – 2.ª FASE

542 - Presente informação nº 907/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento, datada de 21/05/2013 referente ao processo de atribuição de subsídios escolares aos alunos carenciados do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância do concelho da Marinha Grande pertencentes aos Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente, Marinha Grande Nascente e Vieira de Leiria.

A Câmara Municipal apreciou informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal participar no apoio à ação social escolar, conforme prevêm as alíneas l) do nº 1 e d) do nº 4 do artigo 64.º da Lei nº 169/99, de 18 setembro, republicada em anexo à Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro e, ainda em conformidade com o Despacho nº 18987/2009, de 17 de agosto, do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Educação com as alterações introduzidas pelos Despachos nº 14368-A/2010, de 14 de setembro, do Gabinete do Secretário de Estado da Educação, nº 12284/2011, de 19 de setembro e ainda o nº 11886-A/2012, do Gabinete do Secretário de

Estado do Ensino e da Administração Escolar, delibera atribuir aos órgãos de gestão dos 3 Agrupamentos de Escolas do Concelho da Marinha Grande os seguintes subsídios:

- **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231, n.º fiscal 600 076 768**

Total de Pedidos: 40 (do qual 1 não teve direito ao subsídio escolar)

Valor do subsídio escolar a atribuir: 1.515,00€ (mil quinhentos e quinze euros)

1 – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente			
Grau de Ensino	100% (Escala A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	13	50,00€	650,00€
1ºCEB	16	40,00€	640,00€

Grau de Ensino	50% (Escala B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	5	25,00€	125,00€
1ºCEB	5	20,00€	100,00€

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	775,00€
1ºCEB	740,00€

Total **1.515,00€**

- **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dra. Amélia Cândida Ponto da Boavista, 2430-053, n.º fiscal 600 075 761**

Total de Pedidos: 35 (dos quais 1 aluno não teve direito ao subsídio escolar)

Valor do subsídio escolar a atribuir: 1.250,00€ (mil duzentos e cinquenta euros)

2 – Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente			
Grau de Ensino	100% (Escalão A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	10	50,00 €	500,00 €
1ºCEB	12	40,00 €	480,00 €

Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente			
Grau de Ensino	50% (Escalão B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	6	25,00 €	150,00 €
1ºCEB	6	20,00 €	120,00 €

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	650,00 €
1ºCEB	600,00 €

Total **1.250,00 €**

- **Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho Apartado 6, 2431-909, n.º fiscal 600 076 270**

Total de Pedidos: 16

Valor do subsídio escolar a atribuir: 535,00€ (quinhentos e trinta e cinco euros)

3 – Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria

Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria			
Grau de Ensino	100% (Escalão A)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	3	50,00 €	150,00 €
1ºCEB	5	40,00 €	200,00 €

Grau de Ensino	50% (Escalão B)		
	Nº de Alunos	Valor unitário	Total
Pré-Escolar	5	25,00 €	125,00 €
1ºCEB	3	20,00 €	60,00 €

Grau de Ensino	Total
Pré-Escolar	275,00 €
1ºCEB	260,00 €

Total **535,00 €**

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Para a atribuição dos referidos subsídios, as verbas a retirar serão as que se encontram contempladas nas ações A/31/2012 e A/33/2012 do Plano de Atividades Municipais para 2013.

Mais delibera autorizar a publicação das listas definitivas, elaboradas nominalmente e constantes em anexo nesta deliberação, nos respetivos estabelecimentos de ensino, para conhecimento dos encarregados de educação, do valor a que terão direito a receber e da situação relativamente à utilização dos refeitórios escolares dos respetivos educandos e, suportar durante o ano letivo de 2012/2013, os almoços dos alunos subsidiados no escalão A (1,46€) e no escalão B (0,73€) que pretendam recorrer aos serviços das cantinas escolares.

Delibera ainda que a entidade contemplada com o subsídio supramencionado deverá, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e apresentar relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de novembro do corrente ano.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

27 - APROVAÇÃO DOS CONTRATOS-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO. ATIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA.

543 - Com a evolução natural da sociedade, a prática desportiva tem assumido uma preponderância cada vez maior, na vertente social e educacional, consubstanciando-se num vetor de educação e formação do ser humano enquanto pessoa, com vista à sua realização integral.

A Câmara Municipal, identificando a importância do trabalho desenvolvido pelos diversos Clubes em prol da formação humana dos jovens do concelho através da dinamização desportiva e reconhecendo a mais-valia dos mesmos na divulgação do bom nome da terra, tem-lhes atribuído subsídios, tendo em conta os «**Critérios de Financiamento à Atividade Física**» aprovados em deliberação de câmara datada de 26/09/2002, celebrando com estes contratos – programa conforme exigência legal.

Considerando que os contratos-programa devem obrigatoriamente ser redigidos a escrito, conforme disposto no artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, foi

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

elaborada a minuta do contrato, que constitui anexo (**Anexo 2**) à presente deliberação e se dá por integralmente reproduzida.

Assim, a Câmara Municipal delibera, de acordo com competência prevista na alínea b) do n.º 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, atribuir o apoio financeiro à actividade desportiva federada, através da celebração dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo com as entidades mencionadas no seguinte quadro resumo:

CRITÉRIOS DE FINANCIAMENTO À ACTIVIDADE DESPORTIVA FEDERADA
--

CLUBE DESPORTIVO	NIF	VALOR A ATRIBUIR DE JANEIRO A JUNHO DE 2013
E.A.S. – ACADEMIA FUTEBOL MARINHA GRANDE	509495281	2.400,00€
SOCIEDADE DESPORTIVA E RECREATIVA PILADO E ESCOURA	501804218	2.221,20€
SPORT OPERÁRIO MARINHENSE	501417702	8.670,00€

A verba encontra cabimentação favorável na ação 2012/A/99 do Plano de Actividades Municipais.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e perante as Finanças, certidões devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

28 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDA REFERENTE À HABITAÇÃO SOCIAL SITA NO BAIRRO DO CAMARNAL VELHO, CASA 27, CUJA TITULAR DO CONTRATO DE ARRENDAMENTO É MARIA ALICE SILVA PEREIRA, PARA ENTRAR EM VIGOR NO DIA 1 JULHO DE 2013

544 - Presente informação n.º 1549 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 27 de maio de 2013, referente à atualização anual da renda de habitação social, sita no Bairro do Camarnal Velho, Casa 27.

Considerando que o contrato de arrendamento em causa se rege pelo Regime de Renda Apoiada;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio);

Considerando que o referido regime de Renda se baseia na determinação dos valores de um preço técnico e de uma taxa de esforço;

Considerando a apresentação dos rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei nº 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se, também anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar;

A Câmara analisou a referida informação e nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso da competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art. 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização anual da renda de habitação social constante no seguinte quadro:

Bairro do Camarnal Velho				
MORADOR	CASA	CONTRATO	RENDA 2012	RENDA 2013
Maria Alice Silva Pereira	27	31/01/2005	12,46€	12,46€

Mais delibera, que o valor da renda acima descrita entre em vigor a partir do dia 1 de julho de 2013.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

29 - ATUALIZAÇÃO ANUAL DE RENDAS APOIADAS COM ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JULHO DO CORRENTE ANO.

545 - Presente informação n.º 1562 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento (D.C.D.), datada de 29 de maio do corrente ano, a dar conta da necessidade de se proceder à atualização anual de algumas rendas de habitação social, com efeitos a partir de julho.

Considerando que, os contratos de arrendamento em causa se regem pelo Regime de Renda Apoiada;

Considerando o Decreto-Lei que regula o Regime de Renda Apoiada (Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio);

Considerando que, o referido regime de Renda se baseia na determinação do valor do preço técnico e de uma taxa de esforço;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Considerando a apresentação dos rendimentos das famílias em causa;

Considerando, por fim, que ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, a renda atualiza-se anual e automaticamente, em função da variação do rendimento mensal corrigido do agregado familiar,

A Câmara analisou a referida informação e, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, delibera no uso de competência prevista nas alíneas b) e d) do n.º 7 do art.º 64.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, proceder à atualização das seguintes rendas de habitação social:

1 - Avenida da Liberdade (Bloco L/M)

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
L	Augusta J. Queimadelas	3.º Esq.º	01/07/2012	97,16€	97,86€
L	Maria Helena M. Cantante	4.º Fte Esq.º	31/12/1996	24,15€	24,15€
M	Maria Amélia Henriques	3.º Dto	17/12/1996	27,25€	27,84€

2 - Rua Professor Melo Vieira

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
9	Maria Joaquina Gil	2.º Esq.	28/12/1999	39,47€	46,81€

3 - Rua da Charnequinha

BLOCO	MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
46	Maria Lurdes Rodrigues	1.º Dto	04/11/1997	19,01€	20,73€
44	Natacha Dias do Carmo	R/C Dto	01/07/2002	12,61€	12,61€
46	Maria Manuela P. Jesus	1.º Esq.º	01/06/2002	62,22€	65,69€

4 – Casal de Anja

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENTA/12	RENTA/13
Manuel Peres Carnide	13	15/04/1999	97,19€	97,46€

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

5 – Rua Adriano Marques Nobre

MORADOR	FOGO	DATA CONTRATO	RENDA/12	RENDA/13
Maria Alice de Jesus	105	18/07/2012	47,80€	27,84€
Maria Capitolina Lourenço	96	18/07/2012	62,76€	69,34€
Ema Maria Triães	70	29/06/2005	8,65€	8,36€
José Manuel G. Parracho	6	01/03/2006	11,66€	11,66€

Mais delibera que os valores de renda a aplicar, calculados nos termos do Decreto-Lei n.º 166/93, de 7 de maio, entrem em vigor a partir do próximo mês de julho do corrente ano.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

30 - APOIO AOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS PARA MATERIAL DIDÁTICO DE RECREIO E DE CONSUMÍVEIS E OUTROS BENS PARA O FUNCIONAMENTO DAS ESCOLAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO E JARDINS DE INFÂNCIA, REFERENTE AO 2º E 3º PERÍODO DO ANO LETIVO 2012/2013.

546 - Presente informação nº 1493/2013 da Divisão de Cidadania e Desenvolvimento de 25/05/2013 referente à atribuição de apoio aos 3 Agrupamentos de Escolas do Concelho, para material didático e outros bens, conforme competência que decorre da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro.

Considerando que os montantes foram definidos em função dos elementos quantitativos de alunos e salas em funcionamento em cada agrupamento para o ano letivo 2012/2013;

Considerando que os estabelecimentos de ensino estão agora reunidos em estruturas dotadas de autonomia para a sua gestão, designados por Agrupamentos de Escola.

A Câmara Municipal apreciou a informação e tendo em conta que é da competência da Câmara Municipal comparticipar no apoio à ação social escolar, conforme alínea l) do nº 1, e alíneas a) e e) do nº 4 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera aprovar os subsídios constantes no mapa seguinte, destinado a comparticipar nas despesas de aquisição de material didático, de recreio e de consumíveis e outros bens para o funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e jardins de infância do concelho, referentes ao 2.º e 3º período do ano letivo 2012/2013.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Valores dos subsídios

Estabelecimentos	Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Poente Contribuinte nº 600 076 768	Agrupamentos de Escolas Marinha Grande Nascente Contribuinte nº 600 075 761	Agrupamento de Escolas de Vieira de Leiria Contribuinte nº 600 076 270	Ação do Plano de Atividades Municipais em 2013
Educação Pré-Escolar				
VALOR 2013	8.400,00 €	4.200,00 €	2.400,00 €	Total 15.000,00€ Ação 28/A/2012
1.º Ciclo do Ensino Básico				
VALOR 2013	10.140,00 €	9.960,00 €	3.780,00 €	Total 23.880,00€ Ação 29/A/2012
VALOR 2013	18.540,00 €	14.160,00 €	6.180,00 €	38.880,00€

- 1 Subsídio no valor de 18.540,00€** (Dezoito mil quinhentos e quarenta euros) ao **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Poente, com sede na Rua Prof. Alberto Nery Capucho, Apartado 385, 2430-231 Marinha Grande, nº fiscal 600076768;**
- 2 Subsídio no valor de 14.160,00€** (Catorze mil cento e sessenta euros) ao **Agrupamento de Escolas Marinha Grande Nascente, com sede na Rua Dr.ª. Amélia Cândida, Ponto da Boavista, 2430-053 Marinha Grande, nº fiscal 600075761;**
- 3 Subsídio no valor de 6.180,00€** (Seis mil cento e oitenta euros) ao **Agrupamento de Escolas Vieira de Leiria, com sede na Rua D. António Luís Pereira Coutinho, Apartado 6, 2431-901 Marinha Grande, nº fiscal 600076270;**

Estes apoios têm cabimento na rubrica 07/040305 das ações 2012 A/28 e 2012 A/29, conforme descrito no mapa acima.

Delibera ainda que as entidades contempladas com os subsídios supra-mencionados deverão, obrigatoriamente, evidenciar a realização/concretização inequívoca do objeto do apoio financeiro e a apresentação de relatório de receitas e despesas que incluam esse mesmo objeto, até 30 de novembro do corrente ano.

Mais se informa que as entidades acima mencionadas estão em condições de beneficiar do apoio proposto, uma vez que possuem nesta data a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social e Finanças, conforme certidões que se encontram devidamente arquivadas na Divisão Financeira e Tecnologias de Informação desta autarquia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

31 - REGULAMENTO MUNICIPAL DE ATRIBUIÇÃO DE APOIOS OU BENEFÍCIOS A ENTIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA – PROPOSTA DE ALTERAÇÃO

547 - Considerando que o Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, foi aprovado em reunião de câmara de 13 de dezembro de 2012;

Considerando que foi verificado que na alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º são consideradas entidades beneficiárias as entidades que tenham a sede social no concelho da Marinha Grande;

Considerando que esse normativo exclui as entidades que não possuem a sede social no concelho mas que desenvolvem as suas atividades dentro do concelho, em prol da população da Marinha Grande;

A Câmara Municipal da Marinha Grande, nos termos conjugados do disposto nas alínea a) e b), do n.º 4 e a alínea a), do n.º 7, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera alterar a alínea b) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios ou Benefícios a Entidades de Natureza Social, Cultural, Desportiva, Recreativa ou Outra, que deve passar a ter a seguinte redação:

(...)

b) Ter a sua sede social ou desenvolver a sua atividade em instalações no concelho da Marinha Grande;

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

32 - DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL QREN-EQ - ID849_CENTRO-09-0656-FEDER-016086 – REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA

548 - Presente informação n.º 13/RD/2013 de 2 de Junho de 2013 a relatar a evolução do processo de contratação de financiamentos reembolsáveis no âmbito do empréstimo Quadro, contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Considerando o atraso que ainda se verifica na obtenção de parecer ao pedido de exceção ao limite de endividamento requerido por esta autarquia pela primeira vez em 24 de junho de 2011, cuja resposta de indeferimento foi remetida a esta autarquia em 21 de março de

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

2012 e pela segunda vez a 13 de julho de 2012, não tendo até à presente data esta autarquia gorado pela obtenção de qualquer resposta por parte da Secretaria de Estado do Orçamento.

Considerando que o Tribunal de Contas voltou a requerer esclarecimentos sobre a intenção desta autarquia dar continuidade ao pedido de fiscalização prévia do contrato de financiamento reembolsável QREN-EQ - ID849_CENTRO-09-0656-FEDER-016086 – Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura.

Considerando que a autarquia atenta a ausência de resposta ao pedido de exceção ao endividamento tem procedido ao pagamento da empreitada de “Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura”, na quota-parte não financiada, com recurso a capital próprio, através das poupanças que tem obtido na sua gestão corrente.

Considerando que a taxa inicial de comparticipação do investimento considerado elegível desta empreitada, atento contrato celebrado com o Mais Centro, era de 69,25% e que na presente data esta taxa é de 85%.

Considerando que a autarquia tem capacidade para a assunção da despesa inerente a este investimento, atento os elementos que possui na presente data, quer ao nível financeiro quer ao nível do projeto de arquitetura e especialidades e que deste modo contribui para o não aumento do seu endividamento de médio e longo prazos e bem assim para a não oneração das gerações futuras.

Considerando que na presente data, atenta comunicação do IFDR, I.P, o montante máximo de empréstimo reembolsável que a autarquia poderia obter com este contrato ascenderia a 102.260,74 euros.

A Câmara Municipal delibera solicitar à Assembleia Municipal pedido de autorização para desistência do Contrato de Financiamento reembolsável QREN-EQ - ID849_CENTRO-09-0656-FEDER-016086 – Requalificação do Património Stephens – Casa da Cultura, de acordo com o art.º 64.º, n.º 6, alínea a) e para os efeitos do art.º 53.º, n.º 2 alínea d), ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

33 - DESISTÊNCIA DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO REEMBOLSÁVEL QREN-EQ - ID894_CENTRO-09-0141-FEDER-010125 – REABILITAÇÃO DA FÁBRICA DA RESINAGEM

549 - Presente informação n.º 13/RD/2013 de 2 de Junho de 2013 a relatar a evolução do processo de contratação de financiamentos reembolsáveis no âmbito do âmbito do

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Empréstimo Quadro, contratado entre a República Portuguesa e o Banco Europeu de Investimento (BEI).

Considerando o atraso que ainda se verifica na obtenção de parecer ao pedido de exceção ao limite de endividamento requerido por esta autarquia pela primeira vez em 24 de junho de 2011, cuja resposta de indeferimento foi remetida a esta autarquia em 21 de março de 2012 e pela segunda vez a 13 de julho de 2012, não tendo até à presente data esta autarquia gorado pela obtenção de qualquer resposta por parte da Secretaria de Estado do Orçamento.

Considerando que o Tribunal de Contas voltou a requerer esclarecimentos sobre a intenção desta autarquia dar continuidade ao pedido de fiscalização prévia do contrato de financiamento reembolsável QREN-EQ - ID894_CENTRO-09-0141-FEDER-010125 – Reabilitação da Fábrica da Resinagem.

Considerando que a autarquia atenta a ausência de resposta ao pedido de exceção ao endividamento tem procedido ao pagamento da empreitada de “*Reabilitação da Fábrica da Resinagem*”, na quota-parte não financiada, com recurso a capital próprio, através das poupanças que tem obtido na sua gestão corrente.

Considerando que a taxa inicial de comparticipação do investimento considerado elegível desta empreitada, atento contrato celebrado com o Mais Centro, era de 80% e que na presente data esta taxa é de 85%.

Considerando que a autarquia tem capacidade para a assunção da despesa inerente a este investimento, atento os elementos que possui na presente data, quer ao nível financeiro quer ao nível do projeto de arquitetura e especialidades e que deste modo contribui para o não aumento do seu endividamento de médio e longo prazos e bem assim para a não oneração das gerações futuras.

Considerando que na presente data, atenta comunicação do IFDR, I.P, o montante máximo de empréstimo reembolsável que a autarquia poderia obter com este contrato ascenderia a 557.225,69 euros.

A Câmara Municipal delibera solicitar à Assembleia Municipal pedido de autorização para desistência do Contrato de Financiamento reembolsável QREN-EQ - ID894_CENTRO-09-0141-FEDER-010125 – Reabilitação da Fábrica da Resinagem, de acordo com o art.º 64.º, n.º 6, alínea a) e para os efeitos do art.º 53.º, n.º 2 alínea d), ambos da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada e republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, na sua redação atual.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**34 - DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012 – RETIFICAÇÃO DO VALOR DO
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO REPORTADO A 31.12.2012, ATENTA PRESTAÇÃO DE CONTAS
DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS**

550 - Presente informação n.º SB34/2013 de 30.05.2013 da Área de Finanças, na qual se expõe a necessidade de se proceder à retificação do valor do endividamento líquido do Município da Marinha Grande reportado a 31 de dezembro de 2012 atenta a entrega em 24 de maio de 2013, pela Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral e pela Associação de Municípios da Região de Leiria, dos seus documentos de prestação de contas de 2012, aprovados pelos conselhos executivos em 24 de abril de 2013.

Considerando que as contas da Câmara Municipal da Marinha Grande foram aprovadas em reunião de câmara de 22 de abril de 2013 e apreciadas em assembleia municipal de 30 de abril de 2013.

Considerando que nos Documentos de Prestação de Contas de 2012 do Município da Marinha Grande foi incluído um capítulo (capítulo 2.7) referente ao endividamento municipal, no qual se considerou o endividamento das associações de municípios.

Considerando que na data de encerramento das contas de 2012 do Município da Marinha Grande, as associações de municípios em que a autarquia participa, a saber AMLEI – Associação de Municípios da Região de Leiria e CIMPL – Comunidade Intermunicipal do Pinhal Litoral, não possuíam as suas contas encerradas pelo que, aquando do cálculo do endividamento líquido e endividamento de médio e longo prazos do Município da Marinha Grande, foram considerados os elementos provisórios remetidos por estas entidades à autarquia no início do mês de abril de 2013, cujos dados reportavam a 31 de dezembro de 2012.

Considerando que nesta data as associações de municípios já possuem as suas contas aprovadas por deliberação dos seus conselhos executivos de 24 de abril de 2013.

Considerando que nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 36.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, Lei das Finanças Locais, o conceito de endividamento líquido total de cada município inclui:

- a. O endividamento líquido e os empréstimos das associações de municípios, proporcional à participação do município no seu capital social;
- b. O endividamento líquido e os empréstimos das entidades que integram o setor empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras de equilíbrio de contas previstas no regime jurídico do setor empresarial local.

Considerando que, de acordo com informações fornecidas pela DGAL, os limites de endividamento são calculados com base nos documentos de prestação de contas que lhe são remetidos pelas várias entidades.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Considerando que, atento o exposto, se afigura necessário proceder à retificação do valor do endividamento líquido do município da Marinha Grande reportado a 31 de dezembro de 2012, não sendo necessário retificar o valor do endividamento de médio e longo prazos já que a informação reportada pelas entidades AMLEI e CIMPL, em abril de 2013, nesta componente, não sofreu alterações com a aprovação das suas contas.

Atentos os dados constantes da informação anexa à presente deliberação, o endividamento líquido do Município da Marinha Grande a 31 de dezembro de 2012 é de 746.816,34 euros e não de 749.634,58 euros, como inicialmente apurado com os dados provisórios das associações de municípios.

A Câmara Municipal, após análise do exposto, e no cumprimento da alínea e), do n.º 2, do artigo 64.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, na sua redação atual delibera aprovar a retificação ao valor do endividamento líquido reportado a 31 de dezembro de 2012, constante dos Documentos de Prestação de Contas de 2012, para o montante de 746.816,34 euros e aprovar a nova redação das folhas 109 a 116 constantes dos documentos de Prestação de Contas de 2012 relativas ao capítulo 2.7 e que se anexa em A à presente deliberação (Anexo 3).

Mais delibera submeter a presente deliberação à apreciação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 53.º, do mesmo diploma.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

35 - RESUMO DE TESOURARIA

Presente resumo da Tesouraria Municipal, referente ao dia sete de junho de dois mil e treze, o qual apresenta o seguinte valor na rubrica **“Total de Disponibilidades”**: **4.115.257,68 €** (quatro milhões, cento e quinze mil duzentos e cinquenta e sete euros e sessenta e oito cêntimos).

A Câmara tomou conhecimento.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

551 - De acordo com o previsto no art.º 83.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara delibera por unanimidade analisar os seguintes assuntos:

- 1. REQ. N.º 806/13 – PC N.º 120/13 – ANA CRISTINA DOS SANTOS VIEIRA**

2. REQ. N.º 625/13 – PC N.º 177/12 – MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, SA
3. REQ. N.º 799/13 – PC N.º 224/12 – VASCO MANUEL GOMES SILVA
4. REQ. N.º 824/13 – PC N.º 183/11 – CARLOS ALBERTO PINHO SOUSA
5. ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE - APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL
6. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – *“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES DE GRUPO E DE ATIVIDADE PARA ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS NO CAMPO DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA DE FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2013”*
7. PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – *“FORNECIMENTO E CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PARA OS PARTICIPANTES NO CAMPO DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA DE FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2013”*
8. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.
9. LOJAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. APROVAÇÃO DE AJUSTAMENTOS À MINUTA DO CONTRATO.
10. REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE. RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL.
11. “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM” – CP 05/2010 – DOEM – APROVAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.
12. REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º 06/2010 – PROPOSTA DO PLANO DE TRABALHOS – INDEFERIMENTO.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

1 - REQ. N.º 806/13 – PC N.º 120/13 – ANA CRISTINA DOS SANTOS VIEIRA

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

552 - Presente pedido de licenciamento em nome de ANA CRISTINA DOS SANTOS VIEIRA, com NIF 189234210, residente na Urbanização Nova Conimbriga, Lote B12, 1º Esq, Condeixa, referente à legalização de alterações efetuadas numa moradia e anexos, localizada num prédio sito na Rua das Rosas, nº 42, lugar da Pedra, freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o nº 10749 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo nº 19714-P.
Presente informação técnica dos serviços de 04/06/2013 que atesta estar o projeto de arquitetura apto a merecer aprovação.

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1. Apresentação, no prazo máximo de seis meses a contar da data de notificação, dos Projetos das Especialidades aplicáveis, nos termos do disposto no n.º 4 do Art.º 20º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março.
2. Execução de todos os trabalhos tidos por necessários ao bom acabamento da obra.
3. A instalação do recetáculo postal domiciliário deverá ser efetuada de acordo com a legislação específica aplicável, designadamente o Decreto Regulamentar n.º 8/90, de 06/04, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 21/98, de 04/09, e pela Declaração de Retificação n.º 22-E/98, de 30/11.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

2 - REQ. N.º 625/13 – PC N.º 177/12 – MODELO CONTINENTE HIPERMERCADOS, SA

553 - Presente processo de licenciamento, em nome de Modelo Continente Hipermercados, SA, com o NIPC 502 011 475, com sede na Rua João Mendonça, n.º 505, na freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, para a construção de um conjunto de sombreadores destinados a cobrir o estacionamento de apoio da sua superfície comercial existente no prédio sito em Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 122, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8716 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18576, da freguesia e concelho da Marinha Grande;
Presente informação técnica datada de 06/06/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Após análise da pretensão e considerando o parecer técnico emitido, a Câmara Municipal deliberou:

Deferir o processo de licenciamento em nome de Modelo Continente Hipermercados, SA, com o NIPC 502 011 475, com sede na Rua João Mendonça, n.º 505, na freguesia da

Senhora da Hora, concelho de Matosinhos, para a construção de um conjunto de sombreadores destinados a cobrir o estacionamento de apoio da sua superfície comercial existente no prédio sito em Avenida Dr. José Henriques Vareda, n.º 122, lugar de Amieirinha, Freguesia de Marinha Grande, registado na Conservatória do Registo Predial da Marinha Grande sob o n.º 8716 e na matriz predial urbana sob o artigo n.º 18576, da freguesia e concelho da Marinha Grande, com os seguintes condicionalismos:

1- Executar a totalidade dos trabalhos que se vierem a considerar necessários ao correto acabamento da obra.

2 - Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

3 - REQ. N.º 799/13 – PC N.º 224/12 – VASCO MANUEL GOMES SILVA

554 - Presente processo de licenciamento, em nome de Vasco Manuel Gomes Silva, com o NIF 190323060, residente na estrada da Nazaré, n.º 48, Moita para a ampliação de um edifício destinado a comércio, existente na estrada da Nazaré, n.º 48, Moita, no prédio registado na Conservatória do Registo Predial de Alcobaça sob o n.º 420 e na matriz predial urbana sob o n.º 375, da freguesia da Moita e concelho da Marinha Grande, dispondo de projeto de arquitetura aprovado por deliberação tomada em reunião de Câmara Municipal, realizada em 16/05/2013;

Presentes projetos das especialidades, devidamente instruídos com declarações de responsabilidade dos seus autores, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 8 do art. 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na redação do Decreto-Lei n.º 26/2012, de 30 de março e da Lei n.º 28/2012, de 2 de Setembro.

Presente informação técnica datada de 06/06/2013 que atesta encontrar-se o processo em condições de merecer aprovação;

Após análise da pretensão, considerando o referido parecer técnico que sobre ela recaiu, a Câmara Municipal deliberou deferir, com os seguintes condicionalismos:

1 – Execução de todos os trabalhos que se vierem a considerar necessários ao bom acabamento da obra.

Mais deliberou informar o requerente dos seguintes aspetos:

1. Nos termos do disposto no n.º 1 do art. 76.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, no prazo de um ano a contar da notificação, requerer a emissão do respetivo alvará, apresentando para o efeito os elementos instrutórios necessários.
2. Nos termos do art. 80.º-A do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16/12, alterado e republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/10, de 30/03, deverá, até 5 dias antes do início dos trabalhos, informar a câmara municipal dessa intenção, comunicando também a identidade da pessoa, singular ou coletiva, encarregada da execução dos mesmos, ficando esta obrigada à execução exata dos projetos e ao respeito pelas condições do licenciamento ou comunicação prévia.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

4 - REQ. N.º 824/13 – PC N.º 183/11 – CARLOS ALBERTO PINHO SOUSA

555 - Presente requerimento, com registo de entrada nº 824/13 de 31/05/2013, apresentado por Carlos Alberto Pinho Sousa, com o NIF 129538906, residente em Rua de Damão, n.º 11, lugar de Casal dos Ossos, Freguesia de Marinha Grande, a solicitar a autorização de utilização para o edifício cuja construção foi licenciada no âmbito do processo n.º 183/11, e titulada pelo alvará de licença de legalização n.º 64/12, emitido em 04/07/2013.

Presente parecer técnico datado 31/05/2013, onde foi exarado despacho do Presidente da Câmara Municipal a determinar a realização da vistoria, de acordo com o disposto no n.º 6 do artigo 57.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização do Município da Marinha Grande, publicado no Diário da Republica, 2.ª Série, n.º 95, de 17/05/2010.

A Câmara Municipal analisou o pedido e a referida informação e, nos termos do nº 2 do artigo 65.º do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro na sua redação atual – RJUE – Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, deliberou designar a composição da comissão que efetuará a vistoria ao edifício sito em Rua das Flores, n.º 4, lugar de Picassin, Freguesia de Marinha Grande, propriedade de Carlos Alberto Pinho de Sousa, residente em Rua de Damão, n.º 11, lugar de Casal dos Ossos, Freguesia de Marinha Grande, com a seguinte composição:

- 1) **Membros efetivos**
Engenheira Maria João Oliveira
Arquiteto Ricardo Santos
Fiscal Álvaro Letra
- 2) **Membros suplentes**
Engenheiro Jorge Junqueira
Arquiteta Isabel Roque
Fiscal Nuno Fernandes

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Dos três técnicos designados, dois de entre eles cumprem as condições impostas pelo número e artigo citados, ou seja habilitação legal para serem autores de projeto, correspondente à obra objeto de vistoria, segundo o regime de qualificação profissional dos técnicos responsáveis pela elaboração e subscrição de projeto.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Alberto Cascalho.

5 - ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DESPORTIVO VIEIRENSE - APRECIÇÃO DE ALEGAÇÕES EM SEDE DE AUDIÊNCIA PRÉVIA - DELIBERAÇÃO FINAL

556 - Presentes alegações da associação Industrial Desportivo Vieiraense, NIF 501254242, com sede em Vieira de Leiria, Marinha Grande, datadas de 23/01/2012, produzidas em sede de audiência prévia, na sequência da notificação da intenção de indeferimento do pedido de isenção de taxas municipais, devidas pela apreciação da comunicação prévia referente à legalização da instalação de um estabelecimento de bebidas, num espaço integrado no edifício do estádio Albano Tomé Feteira, sito na freguesia de Vieira de Leiria (processo n.º 435/2011).

Presente deliberação camarária de 07-12-2011, onde constam os motivos que sustentam a intenção de indeferir o pedido acima identificado e apresentado em 22 de novembro de 2011, sob o n.º 2366/2011.

Presentes estatutos da associação em causa.

A Câmara Municipal analisou as alegações apresentadas pela associação Industrial Desportivo Vieiraense, relativamente à isenção do pagamento de taxas municipais devidas pela apreciação da comunicação prévia referente à legalização da instalação de um estabelecimento de bebidas, num espaço integrado no edifício do estádio Albano Tomé Feteira, sito na freguesia de Vieira de Leiria (processo n.º 435/2011) e,

- Considerando que em sua reunião de 07-12-2011, manifestou a intenção de indeferir o pedido apresentado, por o estabelecimento constituir um espaço autónomo em relação à sede social da associação e não ser de uso exclusivo dos seus sócios, constituindo, por isso, uma atividade não contemplada nos seus fins estatutários, conforme determina a alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização da Marinha Grande - RMEUMG;

- Considerando que a requerente alegou, em sede de audiência prévia, que a instalação do dito estabelecimento se traduz na obtenção de receitas próprias para prosseguir as finalidades da associação, de modo a diminuir a dependência das contribuições financeiras de entidades terceiras, em que se inclui a própria Câmara Municipal;

Reunião ordinária da Câmara Municipal da Marinha Grande realizada no dia 11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

- Considerando que os estatutos da interessada referem no seu artigo 2.º que a associação, já identificada, abreviadamente designada por IDV, tem “como fim promover e desenvolver a prática de todos os desportos de um modo geral, com o objetivo de promover a Educação Física e Moral dos seus associados e levar a efeito todas as atividades de carácter recreativo, cultural ou desportivo com vista àquele fim”;
- Considerando que a já mencionada alínea a) do nº 2 do artigo 119.º do RMEUMG estatui que pode haver lugar à isenção do pagamento de taxas, por deliberação fundamentada da Câmara Municipal, no caso das associações “culturais, desportivas, recreativas” sem fins lucrativos, desde que legalmente constituídas e relativamente às pretensões que visem a prossecução dos respetivos fins estatutários;
- Considerando que desde a data da tomada da deliberação camarária, em que a Câmara apreciou o pedido, a crise económica do país tem vindo a acentuar-se drasticamente;
- Considerando que no atual contexto é cada vez mais difícil que as entidades que prosseguem finalidades de cariz, cultural, desportivo e recreativo, como é o caso, obtenham apoios para desenvolver as suas atividades;
- Considerando que é meritório o trabalho desenvolvido por este tipo de associações, que criam os meios e as oportunidades para que distintos grupos etários pratiquem as mais diversas modalidades desportivas, dando assim a conhecer, tanto a nível local, como nacional os talentos marinhenses;
- Considerando que as atividades organizadas – desde as marchas populares, carnaval, festas e romarias – mantêm as tradições do concelho;

A Câmara Municipal, sensível a toda esta realidade e ainda à difícil conjuntura económica, que todos atinge, delibera deferir o pedido de isenção de taxas municipais devidas pela apreciação da comunicação prévia referente à legalização da instalação de um estabelecimento de bebidas, num espaço integrado no edifício do estádio Albano Tomé Feteira, sito na freguesia de Vieira de Leiria (processo n.º 435/2011), apresentado, em 22 de novembro de 2011, sob o registo n.º 2366, em nome de Industrial Desportivo Vieirense, com sede em Vieira de Leiria, Marinha Grande, por a exploração do estabelecimento em causa ser fundamental para angariar fundos que lhe permitirão prosseguir os seus fins estatutários, enquadrando-se por isso, a pretensão na alínea a) do n.º 2 do artigo 119.º do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização da Marinha Grande – RMEUMG.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

6 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE ESTADO PARA O ANO DE 2013 – “AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MONITORES DE GRUPO

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

E DE ATIVIDADE PARA ACOMPANHAMENTO DE CRIANÇAS E JOVENS NO CAMPO DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA DE FÉRIAS AFONSO LOPES VIEIRA 2013”

557 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31/dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66–B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66–B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 1/1608/2013 e requisição interna n.º 9875 do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização de *“Serviços de monitores de grupo e de atividade para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste na aquisição de *“Serviços de monitores de grupo e de atividade para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa dos *“Serviços de monitores de grupo e de atividade para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*, na classificação orgânica/económica 06/020220, ação do PAM 2013/A/107.

Considerando que o preço base a aplicar é de 9.504,00 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar para os *“Serviços de monitores de grupo e de atividade para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*, por o pagamento ser integral no ano de 2013, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumpridos os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável à contratação dos *“Serviços de monitores de grupo e de atividade para acompanhamento de crianças e jovens no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

**7 - PARECER PRÉVIO VINCULATIVO NOS TERMOS DO DISPOSTO NO N.º 10 DO ARTIGO
º 75 DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31 DE DEZEMBRO, QUE APROVA O ORÇAMENTO DE
ESTADO PARA O ANO DE 2013 – “FORNECIMENTO E CONFEÇÃO DE REFEIÇÕES PARA
OS PARTICIPANTES NO CAMPO DE FÉRIAS A REALIZAR NA COLÓNIA DE FÉRIAS
AFONSO LOPES VIEIRA 2013”**

558 - A Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, que aprovou o Orçamento do Estado para o ano de 2013, veio dar continuidade a um conjunto de medidas introduzidas pela Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011 e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, tendo em vista a redução dos encargos do Estado e das diversas entidades públicas.

Nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei do Orçamento de Estado de 2013, a celebração ou a renovação de contratos de aquisição de serviços por órgãos e serviços abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro e pela Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, independentemente da natureza da contraparte, designadamente no que respeita a:

- a) Contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e de avença;
- b) Contratos de aquisição de serviços cujo objecto seja a consultadoria técnica.

carece de parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, nos termos e segundo a tramitação a regular por portaria dos referidos membros do Governo.

O n.º 10 do art.º 75 da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, estabelece que, nas autarquias locais, o parecer previsto no n.º 4 do mesmo artigo é da competência do órgão executivo e depende da verificação dos requisitos previstos nas alíneas a) e c) do número 5.º do mesmo, bem como da alínea b) do mesmo número, com as devidas adaptações, sendo os seus termos e tramitação regulados pela portaria referida no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3 – B/2010, de 28 de abril.

Para os organismos e serviços da Administração Pública abrangidos pelo âmbito de aplicação da Lei n.º 12-A/2008 de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de setembro e 55-A/2010, de 31 de dezembro e pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, foi publicada no Diário da República a Portaria 16/2013 de 17 de janeiro, que regulamenta os termos e a tramitação do parecer prévio vinculativo dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e da Administração Pública, previsto no n.º 4 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e nos nºs 4 e 5 do artigo 35.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de fevereiro, alterada pelas Leis nºs 64-A/2008, de 31 de dezembro, 3-B/2010, de 28 de abril, 34/2010, de 2 de

setembro, 55-A/2010, de 31/dezembro, Lei n.º 64-B/2011, de 30 de Dezembro e Lei n.º 66-B/2012, de 31 de Dezembro.

Verifica-se, no entanto, que na presente data não foi publicada a portaria a que se refere o n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, alterado pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de abril, pelo que para a Administração Local não existe regulamentação quanto aos termos e tramitação do parecer prévio vinculativo, previstos nos n.ºs 4 e 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66 – B/2012, de 31 de dezembro.

Apesar da ausência de regulamentação para a Administração Local é entendimento generalizado de diversas entidades, nomeadamente a DGAEP que o art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado de 2013, se aplica às autarquias locais, quer no que respeita ao parecer prévio quer à redução remuneratória.

Considerando que nos termos do n.º 10 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, a emissão do parecer prévio vinculativo, depende da verificação dos seguintes requisitos, preceituados nos n.ºs 4 e 5 do mesmo artigo:

- Seja observado o regime legal da aquisição de serviços;
- O contratado comprove ter regularizado as suas obrigações fiscais e com a segurança social;
- Se trate da execução de trabalho não subordinado, para a qual se revele inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público e da inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial apto para o desempenho das funções subjacentes à contratação em causa;
- Confirmação de declaração de cabimento orçamental;
- Aplicação de redução remuneratória preceituada no art.º 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, alterada pelas Leis n.ºs 48/2011, de 26 de agosto e 60-A/2011, de 30 de novembro, no artigo 20.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, alterada pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio e mantido em vigor pelo artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento Estado para o ano de 2013, de acordo com os quais a redução remuneratória é aplicável aos valores pagos por contratos de aquisição de serviços que, em 2013, venham a renovar-se ou a celebrar-se com idêntico objeto e, ou, contraparte do contrato vigente em 2012.

Presente a informação n.º 1/1609/2013 e requisição interna n.º 9876 do serviço da DCD - Divisão de Cidadania e Desenvolvimento na qual se manifesta a necessidade imprescindível e inadiável da contratualização do *“Fornecimento e confeção de refeições para os participantes no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*, cujo contrato a celebrar carece de parecer prévio vinculativo nos termos do disposto no n.º 10 do art.º 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2013.

O procedimento a adoptar é o Ajuste Directo previsto no artigo 20.º, n.º 1, alínea a) do Código dos Contratos Públicos, atendendo a que se prevê um valor do contrato inferior a 75.000,00 €.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Considerando que, em sede do procedimento de formação do contrato, será apresentado pelo adjudicatário os documentos comprovativos de situação regularizada no que respeita às suas obrigações fiscais e para com a segurança social.

Considerando que o objeto do contrato a celebrar consiste no *“Fornecimento e confeção de refeições para os participantes no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*, tarefas que serão exercidas com autonomia e sem carácter de subordinação, revelando-se inconveniente o recurso a qualquer modalidade da relação jurídica de emprego público.

Considerando que na presente data não é possível efectuar a demonstração de inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, por a Portaria a que se refere o n.º 2 do artigo 33.º-A da Lei n.º 53/2006, de 7 de dezembro, na redação introduzida pela Lei 64-B/2011 de 30 de Dezembro, Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2012, não ter sido publicada e que será esta que estabelecerá os termos e condições para a demonstração da mesma.

Considerando que se encontra inscrito em Plano de Atividades Municipais de 2013 a dotação para a assunção de despesa do *“Fornecimento e confeção de refeições para os participantes no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*, na classificação orgânica/económica 07/020105, ação do PAM 2013/A/107.

Considerando que o preço base a aplicar é de 7.177,60 euros, a acrescer de IVA à taxa 23%, sendo este o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações de serviços objeto do contrato a celebrar e que este respeita a redução remuneratória de 10%, atento contrato celebrado em 2012, conforme se atesta em documentação anexa e em cumprimento do preceituado no n.º1 do art.º 75º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Considerando que nos termos do disposto na alínea b) do art.º 3.º da Lei n.º 8/2012, são compromissos plurianuais aqueles que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico, conceito que não se aplica ao contrato que se pretende celebrar o *“Fornecimento e confeção de refeições para os participantes no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*; por o pagamento ser integral no ano de 2013, não ocorrendo a assunção de compromissos plurianuais.

Face ao exposto e considerando que se encontra cumpridos os preceitos estabelecidos nos n.º 4 e n.º 5 do artigo 75º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, a Câmara Municipal delibera, de acordo com o disposto no n.º 10 do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012 de 31 de Dezembro, emitir parecer favorável do *“Fornecimento e confeção de refeições para os participantes no campo de férias a realizar na colónia de férias Afonso Lopes Vieira 2013”*.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**8 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º
06/2010 TRABALHOS DE SUPRIMENTO DE ERROS E OMISSÕES.**

559 - Presente informação da DOT, com a ref. MF.27.2013, na qual se propõe a aprovação de trabalhos de suprimento de erros e omissões no valor de 13.995,52€ (Treze mil novecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º do CCP, respeitantes às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas relativas ao gerador de energia assistida às bombas de drenagem.

Considerando que os trabalhos em apreço se destinam à realização da mesma empreitada.

Considerando que os trabalhos de suprimentos dos erros e omissões se destinam a suprir erros e omissões detetados e necessários à execução e conclusão da obra.

Considerando que pode ser ordenada a execução de trabalhos de suprimento de erros e omissões, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 376º do CCP, uma vez que o valor dos presentes trabalhos, calculada ao novo preço contratual por força da anterior aprovação de trabalhos a menos, corresponde a 0,80 % e que, somado o valor de anteriores trabalhos de suprimento de erros e omissões e tendo em conta que o valor dos trabalhos a mais foi integralmente compensado pelo valor dos trabalhos a menos, calculado ao novo valor contratual por força da anterior aprovação de trabalhos a menos, corresponde a 7,02% do novo preço contratual.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com a informação técnica com a ref.ª MF.27.2013, que fica anexa (Anexo 4) e aqui se dá por integralmente reproduzida, delibera, no âmbito do contrato de empreitada de *Requalificação do Património Stephens – CASA DA CULTURA*, celebrado com a empresa Habitâmega-Construções, SA, aprovar:

- a) Trabalhos de suprimento dos erros e omissões no valor de 13.995,52€ (Treze mil novecentos e noventa e cinco euros e cinquenta e dois cêntimos) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, ao abrigo do disposto no artigo 376º, nº 1, do CCP, respeitante às quantidades desconformes com a realidade ou não descritas;
- b) O prazo de 10 dias, necessários à execução dos trabalhos de suprimentos dos erros e omissões, o que determina a aprovação de uma prorrogação do prazo de execução da obra em 10 dias, de acordo com o artigo 374º e com a alínea b) do n.º 2 do artigo 377º, do CCP;.

Mais deliberou, que a firma adjudicatária seja notificada para apresentar um plano de trabalhos atualizado, em conformidade com o disposto no artigo 361.º, n.º 3, do CCP.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Sr. Vereador Dr. Vítor Pereira.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

9 - LOJAS NO EDIFÍCIO DA RESINAGEM. APROVAÇÃO DE AJUSTAMENTOS À MINUTA DO CONTRATO.

560 - Na sequência da notificação das minutas dos contratos a celebrar com os adjudicatários das lojas sitas no Edifício da Resinagem, foram apresentados duas exposições pelas quais se requer a clarificação dos termos de duas cláusulas do contrato.

Considerando que as alterações propostas não se traduzem numa modificação substancial das regras de exploração das lojas e se revelam equilibradas e justas.

Assim, a Câmara Municipal, de acordo com o artigo 64.º, nº. 2, alínea f), da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na redação da Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delibera, em relação às minutas de contrato aprovadas na sua reunião, de 4 de abril de 2013, alterar a redação das alíneas c) e l) da cláusula primeira, nos seguintes termos:

“c) o cocontratante deve, à data da abertura ao público da loja, apresentar cópia de apólice de seguro de responsabilidade civil que assegure as coberturas suficientes a quaisquer eventualidades decorrentes da exploração da loja, abrangendo os seus funcionários, os utentes e quaisquer utilizadores;”.

“l) findo o prazo de exploração da loja, esta deve ser entregue ao contraente público em bom estado de conservação;”.

A presente deliberação foi aprovada por unanimidade.

10 - REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE. RECEÇÃO PROVISÓRIA PARCIAL.

561 - Presente auto de receção provisória parcial, que tem por objeto os espaços comerciais (identificados nas peças desenhadas com os n.ºs 1 a 9), da empreitada de Reabilitação do Edifício da Antiga Fábrica da Resinagem da Marinha Grande.

A Câmara Municipal, verificando pelo auto referido que a parte da obra nele identificada foi executada de acordo com as regras de arte e prescrições técnicas aplicáveis e de acordo com o contrato e as instruções da fiscalização, delibera receber provisoriamente os espaços comerciais (identificados nas peças desenhadas com os n.ºs 1 a 9), de acordo e para os efeitos previstos no artigo 395.º, nº. 3, do Código dos Contratos Públicos.

A presente deliberação foi tomada por unanimidade.

**11 – “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM” – CP 05/2010
– DOEM – APROVAÇÃO DA SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS.**

562 - Presente pedido apresentado pela firma LENA CONSTRUÇÕES, SA, comunicando a necessidade de manter a suspensão parcial de execução da empreitada de “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE”, invocando como fundamento as percentagens elevadas de humidade que se registam em diversos espaços do edifício, devido às condições meteorológicas, bastante instáveis que se têm feito sentir, que impedem a normal execução dos trabalhos.

Presente informação da DISU, propondo a aprovação da suspensão parcial dos trabalhos da empreitada, nos termos do disposto no artigo 297º, alínea a) e artigo 366º, n.ºs 3 e 4, do Código dos Contratos Públicos, designadamente por impossibilidade temporária de cumprimento, em parte, do contrato, devido às percentagens de humidade elevadas que se registam em diversos espaços do edifício (*Auditório e átrio do auditório, openspace – piso rés chão e edifício novo (cubo)*), resultado das condições meteorológicas instáveis que se têm verificado, com efeitos a partir de 15 de abril de 2013 e por um período de 108 dias, que será interrompido logo que estejam reunidas as condições necessárias para o reinício dos trabalhos.

Assim sendo, a Câmara Municipal, com os fundamentos constantes da informação técnica que se dá por reproduzida, delibera, aprovar a suspensão parcial dos trabalhos da empreitada de “REABILITAÇÃO DO EDIFÍCIO DA ANTIGA FÁBRICA DA RESINAGEM DA MARINHA GRANDE”, adjudicada à firma LENA CONSTRUÇÕES, SA, nos termos do disposto no artigo 297º, alínea a) e artigo 366º, n.ºs 3 e 4, do Código dos Contratos Públicos, designadamente por impossibilidade temporária de cumprimento, em parte, do contrato, devido às percentagens de humidade elevadas que se registam em diversos espaços do edifício (*Auditório e átrio do auditório, openspace – piso rés chão e edifício novo (cubo)*), resultado das condições meteorológicas instáveis que se têm verificado, com efeitos a partir de 15 de abril de 2013 e por um período de 108 dias, que será interrompido logo que estejam reunidas as condições necessárias para o reinício dos trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por maioria, com 3 votos a favor e 4 abstenções dos Srs. Vereadores da CDU e do PSD.

**12 - REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA – CP N.º
06/2010 – PROPOSTA DO PLANO DE TRABALHOS – INDEFERIMENTO.**

563 - Presente pedido apresentado pela firma HABITÂMEGA CONSTRUÇÕES, SA, solicitando a aprovação do plano de trabalhos ajustado da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”.

Reunião ordinária da Câmara
Municipal da Marinha Grande
realizada no dia
11/06/2013.

Mandato de 2009/2013
Ata nº 13

Presente informação da DISU, com a ref.^a AR.07.2013, propondo o indeferimento do plano de trabalhos da empreitada identificada em epígrafe, uma vez que há certos aspetos do mesmo que não respeitam os prazos parciais aprovados anteriormente, resultando deste modo dilações para além das necessárias.

Assim, a Câmara Municipal, concordando com os fundamentos constantes da informação técnica que fica anexa (Anexo 5) e aqui se dá por reproduzida, delibera, nos termos do artigo 361.º n.º 4 e n.º 7, do Código dos Contratos Públicos, indeferir o plano de trabalhos da empreitada de “REQUALIFICAÇÃO DO PATRIMÓNIO STEPHENS – CASA DA CULTURA”, adjudicada à firma HABITÂMEGA – CONSTRUÇÕES, SA, respetivamente, por conter aspetos que não respeitam os prazos parciais aprovados anteriormente, resultando em dilações parciais para além das necessárias, e, por não se poder proceder à aceitação parcial do plano de trabalhos.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘⌘

APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA

564 - Por último a Câmara, usando a faculdade que lhe confere o n.º 3 do art.º 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, delibera por unanimidade aprovar esta ata em minuta.

E nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou a reunião eram 19:15 horas.

No final foi elaborada esta ata, que eu, Maria Fernanda Carvalho Vaz, Coordenadora Técnica, vou assinar, nos termos do n.º 2 do art.º 92º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, republicada em anexo à Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro.

O Presidente

A Secretária da reunião